

# Ajuste ameaça ensino, diz Calmon

O senador João Calmon (PMDB-ES) pediu ontem da tribuna uma ampla mobilização das entidades ligadas ao ensino — como a UNE, a Andes, os sindicatos de professores, a SBPC — para evitar que a educação perca os recursos que lhe viriam automaticamente, pela aplicação do artigo 212 da Constituição. Denunciou o senador que o substitutivo ao projeto de ajuste fiscal do Governo isenta o produto da arrecadação do novo imposto sobre movimentação financeira da vinculação obrigatória de 18 por cento para a educação.

O artigo 212, que consubstancia a antiga **Emenda Calmon**, determina que ao menos 18 por cento da receita federal de impostos, assim como no mínimo 25 por cento da arrecadação de impostos dos estados e municípios, devem destinar-se obrigatoriamente à manutenção e desenvolvimento do ensino. Nos termos do substitutivo, já aprovado pela comissão especial da Câmara que examina o ajuste fiscal, pela primeira vez se abriria uma exceção a esse princípio.

No entendimento do senador

João Calmon, se a União enfrenta uma situação emergencial, a educação também passa por dificuldades. Nesse sentido, lembrou a recente conclusão da CPI da Crise da Universidade e que também se estende aos outros níveis de ensino em maior profundidade. O senador salientou que, no período de 1990 a 1991, a União reduziu de maneira significativa as despesas com educação. “Enquanto em 1988 e 1989 a despesa na função Educação e Cultura ficou em 1,9 por cento do Produto Interno Bruto, em 1990 esta proporção caiu para 1,6 e, em 1991, para apenas 1,1 por cento”, destacou João Calmon.

Conforme o senador, de 1987 a 1991 a despesa do Tesouro Nacional em termos reais, teve uma queda para 55,8 por cento do que era. Ou seja, quase a metade, descontada a inflação. Neste mesmo período, o MEC reduziu a sua despesa para 82,2 por cento, ficando portanto 17,8 por cento abaixo do que era em 1987. Esta drástica diminuição de investimento no setor educacional, analisa o senador, resultou na evasão de talentos, na aposentadoria

precoce, no sucateamento das bibliotecas, oficinas e laboratórios. “Em última análise, na situação crítica a que foi reduzida a educação nacional”, acrescenta.

João Calmon entende serem justas as preocupações, contidas no substitutivo, do projeto de reforma fiscal, com o pagamento da dívida pública, habitação popular e saneamento, para os quais foram definidas vinculações de receita. Entretanto, ressalva de que nada vale tentar pagar a dívida se não baixarem os altos juros que esterilizam a receita.

Na opinião do senador, tanto a habitação popular quanto o saneamento são setores geradores de empregos e salários, além de elevar a qualidade de vida. Mas seus efeitos serão nulos se não forem acompanhados da educação pública de qualidade. “O cidadão que receber sua casa nova, provavelmente não saberá usar o vaso sanitário nem beber água potável. O operário da construção civil certamente continuará contribuindo para o elevado desperdício, por falta de qualificação, e onerando os custos do setor”, afirmou.